



Anais da Assembléia

Nº 128

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 122ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 1979

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Edilson Alencar.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agualdo Pereira Lima, Airtor Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (57); achando-se ausente, em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO BOARON, ocorrido no dia de ontem, no Município de Campo Largo.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dada ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa da Sr.ª JÚLIA BOARON, em Colônia Dona Mariana, Campo Largo.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de solidariedade ao Movimento reivindicatório dos Delegados de Polícia de Carreira de nosso Estado.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Associação dos Delegados de Carreira do Paraná.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: Requer informações ao Excelentíssimo Senhor Gilberto Garbi, Diretor Presidente da TELEPAR.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, as seguintes informações:

01 — Quantas empresas são credenciadas como empreiteiras da TELEPAR no Centro de Redes - Sup CTA/5?

02 — Quais os critérios adotados para distribuição de serviços de mão-de-obra?

03 — Quais as empreiteiras encarregadas do setor de emergência de cabos pressurizados?

04 — O encarregado do setor de emergência de cabos da TELEPAR obedece horário integral?

05 — Quanto percebe o referido encarregado, considerando salários, vantagens e gratificações?

06 — O encarregado acima mencionado freqüenta cursos de especialização em horário de expediente?

07 — O referido encarregado, quando da realização de curso fora da sede matriz da TELEPAR percebe vantagens e gratificações?

08 — Em caso afirmativo para as duas últimas questões, quem autoriza e baseados em que disposições legais?

09 — Quais as atribuições do encarregado do setor?

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1979.

(a) ADALBERTO DAROS

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário dos Deputados Federais Álvaro Dias e Norton Macedo.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pelo que nós temos notado, realmente as coisas estão mudando. Estão mudando de algum tempo para cá. Primeiro, foi o movimento grevista dos metalúrgicos de São Bernardo, de São Caetano e Diadema. Depois, movimento reivindicatório dos professores no Paraná, e em seguida uma série de movimentos reivindicatórios por todos os recantos do Brasil. E agora o Paraná é palco de mais um movimento reivindicatório, e desta feita erigido por uma instituição à qual eu já pertenci, tive inclusive a honra de pertencer a ela, mas que para mim causou surpresa porque a conheço muito bem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, confesso que venho a Tribuna hoje bastante preocupado. Preocupado pelo fato de que ao analisar as razões pelas quais a Polícia Civil, através dos seus Delegados de carreira resolveram iniciar este movimento reivindicatório, que a imprensa vem chamando de greve branca. Eu disse preocupado, porque como todos sabem conheço muito bem a Polícia Civil do Paraná e para ela chegar a este ponto, e para os Srs. Delegados de Carreira do Paraná chegarem a este ponto é porque realmente as coisas estão mudando. Algo de estranho deve realmente estar pairando no ar.

A Polícia, como todos sabem é uma instituição antipática mas altamente necessária. Ela é antipática porque a sua essência é muitas vezes a repressão, é muitas vezes a violência. Mas ela é necessária exatamente para nos dar proteção e segurança. Temos usado esta tribuna muitas vezes para tecer vio-

lentas críticas a segurança pública do Paraná, mais especialmente a Polícia do Paraná. Mas ela é essencialmente necessária.

O que seria de uma sociedade se não existisse órgãos de segurança para lhe dar tranquilidade. O que seria de uma sociedade se não existisse a Polícia para lhe proteger. Mas, efetivamente digo que as coisas estão mudando, porque para se ver uma instituição como a policial, mais especificamente a Polícia Civil entrar em greve branca para reivindicar melhor salário, para protestar contra algumas medidas que eu chamaria até de arbitrárias por parte de certas autoridades judiciárias, fico a pensar as autoridades governamentais devem parar para meditar o que representa, o que isto significa para o povo do Paraná.

Entendo que a paralização dos serviços educacionais como a greve dos professores é muito grave. Mas, mais grave ainda para mim, é ver o nosso semelhante sem proteção. A polícia, sem entrar em greve já não dá a proteção que o cidadão precisa. Imagine Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Polícia cruzando os braços.

E ela cruzou, numa atitude extrema de desespero, mas só assim é que ela poderá sensibilizar o Governo do Estado para a sua efetiva necessidade.

Hoje um Delegado de carreira, ganha em média 20 mil cruzeiros. Se este Delegado vier a falecer a sua esposa, os seus filhos ou os seus descendentes receberão apenas cinco mil cruzeiros, de acordo com a lei vigente no Estado do Paraná.

A situação é caótica, a situação é grave.

Venho, Sr. Presidente, para concluir, à tribuna, deixando aqui a minha solidariedade à este movimento reivindicatório dos Delegados de Carreira do Paraná e de todas as categorias funcionais da Polícia Civil. Deixo a minha solidariedade porque conheço muito bem os sacrifícios destes policiais, no dia a dia, para o cumprimento de sua missão.

Mas também fica aqui, a minha preocupação com esta paralização por parte destes homens, como hoje a imprensa do Paraná noticiou que as cadeias de Curitiba e do Paraná foram esvaziadas e, na sua maioria, de pessoas detidas para averiguação, dentre as quais vários elementos de passagens perniciosas, em termos criminais. Um deles, inclusive, assaltante conhecido, reincidente, criminoso nato, mas dado à Lei n.º 4.898, que é uma lei que proíbe que autoridade policial proceda a prisão senão em acordo com aquelas preconizadas pela Constituição. E se a polícia for levar à risca o que preconiza a Constituição, dificilmente o povo do Paraná terá segurança e tranquilidade.

Fica aqui, Sr. Presidente, o meu voto de solidariedade à este movimento, mas fica aqui também o meu apelo ao Sr. Governador do Estado, que já foi Chefe de Polícia no Paraná. Homem que conhece, que sei, as dificuldades, a luta desta classe da Segurança do Paraná.

Fica o meu apelo a ele, no sentido de, com a maior urgência possível, tentar atender aos reclamos desta classe que vem sendo sofrida, esquecida, marginalizada ao longo destes anos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estivemos, na última semana, na Região de Campo Mourão, numa zona essencialmente agrícola do Estado do Paraná. E lá lemos uma matéria publicada na "Folha Rural", editada pela "Folha de Londrina", do último dia seis do corrente mês. Matéria sobre um pronunciamento feito pelo Presidente do Núcleo Regional da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, Sr. Marco Antônio Castanheira e que achamos de suma importância e, para tanto, pedimos vênias para que fique registrada nos Anais desta Casa o que iremos ler:

"O Presidente do Núcleo Regional da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, Marco Antônio Castanheira

participou da reunião dos produtores de leite de Guaraci, encorajando-os a defender seus direitos e persistirem em suas reivindicações.

Levou ao conhecimento dos produtores que os Engenheiros Agrônomos do Paraná estarão reunidos este mês em Congresso Brasileiro, quando pretendem assumir posição em defesa da agricultura.

Disse que até agora o agrônomo limitou-se a transmitir técnicas de produção mais eficiente ao agricultor. Mas isso, já vimos não é suficiente, os agrônomos têm que assumir uma posição política em defesa do agricultor.

Apontando falhas na política agrícola, Castanheira disse que o agricultor está cada vez mais pobre e mais descapitalizado. O pequeno produtor é um forte candidato o "bóia-fria". Chamou a atenção dos agricultores para o fato de eles estarem produzindo para as indústrias de consumos, principalmente, defensivos. O produtor pede preços cada vez mais altos para seus produtos, mas os lucros apesar disso são cada vez menores.

A cada dia exige-se mais da agricultura, mas não dão condições para recuperar o solo ou para melhorar as condições de vida do homem rural.

Os produtores precisam parar e analisar melhor. Analisar seus lucros, o custo de produção. Os alimentos estão cada vez mais caros, para quem os consome e remunerando cada vez menos aos que produzem. O custo está muito alto. A terra é explorada, o agricultor é explorado, e o consumidor paga caro. O dinheiro está saindo do País, está sendo levado pelas indústrias, de fertilizantes, de defensivos e implementos. É isso que vocês precisam levar em consideração, disse Castanheira.

Citou especificamente o caso dos fertilizantes que estarão com preços simplesmente abusivos. O agricultor precisa gastar dez mil cruzeiros para adubar um alqueire de terra, conforme a fórmula, um trator médio custa trezentos mil cruzeiros sem os implementos. O juro é caro.

Dizem que é subsidiado, mas o subsídio não beneficia às indústrias, afirmou, diante desses problemas, sendo lesado pela indústria, pelos intermediários e pelos Bancos, os agricultores não têm como garantir seus lucros, segundo Castanheira. O que ocorre? Pergunta respondendo a seguir: ao agricultor só resta uma alternativa: ganhar na mão-de-obra, e é por isso, que ele paga mal aos empregados. E por isso, que o "bóia-fria" é um resultado."

Segundo Castanheira, o agricultor poderia remunerar melhor seus empregados, dar-lhes condições de vida mais condigna, melhor alimentação. Mas isso se torna difícil, porque os lucros da lavoura são todos canalizados para as multinacionais que produzem adubos, defensivos e implementos.

Depois de mostrar o perigo que as multinacionais representam ao País, em particular a agricultura, Castanheira disse que no Paraná como em outros Estados brasileiros, o pequeno produtor rural está vendendo suas terras e transformando-se em "bóia-fria".

Lembrou ainda que há discórdia, há conflitos entre patrões e empregados. Na verdade, as duas partes em briga são vítimas de um inimigo maior que são as indústrias. Donos de terras e empregado rural, precisam estar unidos nestas horas difíceis, segundo Castanheira.

Também sou produtor rural e sei quanto é difícil ter empregado, sei o quanto é difícil dar serviço para o "bóia-fria" que não trabalha direito. Mas é preciso aceitar o "bóia-fria" e sobretudo, reconhecer que ele é uma vítima dos sistemas, assim como o pequeno sitiante e até o fazendeiro também são vítimas. Quem consegue sobreviver ganhando setenta cruzeiros por dia? pergunta.

Finalizando, Castanheira fez um apelo: não queremos que os patrões sejam bons, queremos que sejam justos. Afinal enquanto há discórdia entre patrão e empregado e os dois estão

cada vez mais pobres, toda riqueza gerada por eles e pelo agricultor vai sendo carregada pelas indústrias, especialmente, pelas multinacionais. A briga entre patrão e empregado é exatamente como o diabo gosta, afirma Castanheira."

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje subo a esta tribuna, para pedir apoio dos nobres Companheiros, a um requerimento que estou dando entrada à Mesa, requerendo o encaminhamento de ofício aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro da Justiça, Ministro da Fazenda e Líderes das bancadas da Câmara Federal e do Senado, formalizando apelo no sentido de conseguir a urgente regulamentação da profissão de motorista de táxi, no Brasil.

Por incrível que pareça, o motorista de táxi não tem a sua profissão, regulamentada e é, realmente, uma classe sofrida, é uma classe injustiçada e que sofre, dentro da sua missão diária, vários percalços, vários problemas peculiares da sua profissão. Não entendemos que possa ser, o motorista de táxi, englobando na profissão de motorista apenas, sendo, naturalmente, englobado como motorista de caminhão ou motorista de ônibus; o motorista de caminhão, que transporta o progresso do Brasil mas que transporta carga pesada, enquanto que o motorista de táxi, transporta a carga humana, transporta o passageiro, transporta a vida, conduz o doente ao hospital, tem a responsabilidade de representar o cartão de visitas de uma cidade, porque ele faz o trabalho de relações públicas quando da chegada de um turista.

Assim sendo, solicito então este apoio dos demais Companheiros da Casa. Inclusive fico feliz porque o Deputado Álvaro Dias, ao tomar conhecimento da matéria, já fica com o compromisso de nessa semana ainda, levar ao conhecimento dos Companheiros da Câmara Federal, através de um pronunciamento que deverá realizar na próxima quinta-feira.

Na justificativa eu englobo vários considerandos:

(Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o duto Plenário, o encaminhamento de ofício aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro da Justiça, Ministro do Trabalho e Líderes das bancadas na Câmara Federal e Senado, formalizando apelo no sentido de conseguir a urgente regulamentação da profissão de MOTORISTA DE TÁXI no Brasil.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1979.

a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Considerando que somente na cidade de Curitiba existem 2.243 automóveis tipo táxi trabalhando com registro junto à Prefeitura Municipal.

Considerando que no Paraná existem mais de 15 mil carros táxis para transporte de passageiros.

Considerando que cada veículo possui pelo menos dois motoristas profissionais.

Considerando que os problemas da classe são muitos e peculiares, devendo receber decisão isolada.

Considerando que o motorista de táxi é um cartão-de-visitas de uma cidade, pois exerce também uma espécie de relações públicas, conduzindo turistas e visitantes.

Considerando que o motorista de táxi também executa uma função de utilidade pública, conduzindo doentes para hospital ou auxiliando os órgãos de segurança, através dos serviços de rádio-operação, como Tele-Táxi (150 veículos), Rádio-Táxi (110 veículos) e Rádio-Táxi Sereia (28 táxis).

Considerando que não existe uma legislação especial para o profissional do volante (motorista de táxi), já que a classe está

enquadrada em MOTORISTA apenas.

Considerando que os reclamos da classe muitas vezes são diferentes dos problemas enfrentados por motoristas de ônibus ou de caminhão, interessando tão somente aos táxis (grande maioria da classe).

Considerando a sobrecarga de taxas e encargos fiscais que pesam sobre os motoristas de táxis.

Considerando que a própria Prefeitura Municipal de Curitiba existe um setor especial para assuntos relacionados com motoristas de táxis, legalizando municipalmente a profissão para a cobrança de taxas e fiscalização do trabalho.

Considerando que os proprietários de veículos (autônomos) são sacrificados com despesas extras para pintura do carro, renovação de alvará, desgaste do automóvel, renovação autorização para circulação do veículo, aferição de taxímetro etc.

Considerando que a carga conduzida não é a mesma do transporte em caminhões, já que o táxi conduz pessoas, aumentando a responsabilidade do condutor.

Considerando ainda que no Brasil inteiro são milhares os motoristas de táxis.

SOLICITAMOS: urgente regulamentação da profissão de MOTORISTA DE TÁXI no Brasil, com legislação própria para a classe.

O motorista de táxi, em sua função diária encontra centenas de barreiras que, somadas, devem ser discutidas e acertadas. Porém, não existe uma Associação própria, criada com elementos da própria classe, ou um sindicato especial, já que a classe não tem profissão regulamentada. Desta forma, fica sujeita a receber instruções e acatar normas estabelecidas pelo Sindicato Intermunicipal dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários no Estado do Paraná ou Sindicato dos Motoristas Autônomos do Estado do Paraná. Para discutir assuntos específicos da classe dos motoristas de táxi não existe uma norma legal. E são tantos os problemas enfrentados, como: falta de terminais, aumento ponto livre, falta da chamada Operação Bandeira Dois, garantindo maior segurança ao motorista etc. Inclusive os motoristas de táxi devem ser beneficiados com um abatimento no preço da gasolina, em pelo menos dois cruzeiros o litro (preço cobrado para a exportação), pois diante da deficiência do transporte de massa, o motorista de táxi passa a desempenhar papel importante na vida da coletividade, sendo a grande alternativa em caso de transporte de doentes a hospitais ou mesmo em caso de turismo. Considerando que as empresas de ônibus recebem ajuda do Governo para a compra de combustíveis, considerando que os táxis não contam com qualquer apoio, sendo ainda onerados com muitas taxas é que estamos propondo a adoção da medida."

Aproveitamos a oportunidade para sugerir a inclusão, na regulamentação, de um artigo que estabeleça a aposentadoria aos 25 anos de serviço para os motoristas de táxi.

Senhor Presidente, só para completar, solicito que seja inserido na Ata, o total do meu pronunciamento, inclusive à imprensa estou distribuindo, para conhecimento do povo de Curitiba e finalizando eu só lembro Senhor Presidente, que aproveitando a oportunidade, estou sugerindo a inclusão na regulamentação, de um artigo que estabeleça a aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço para os motoristas de táxi.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere a solicitação do nobre Deputado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Egon Pudell, inscrito.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Paraná é um Estado onde o consumo de milho é muito elevado, e isto porque, além do consumo doméstico, é muito elevada a sua aplicação na alimentação nos rebanhos de suínos e na avicultura, cujas proporções não precisamos repetir. Os suinocultores, os avicultores são, efetivamente, os

maiores compradores.

Ora, a aquisição é procedida através de leilão na Bolsa de Valores de São Paulo, aplicando-se um mecanismo próprio, mas pelo qual o pequeno produtor é quem mais se ressent, ou melhor, é quem se ressent verdadeiramente, face a sua falta de reservas financeiras.

Vejamos: o comprador encaminha o seu pedido às respectivas associações: Associação Paranaense de Suinocultores e Associação Paranaense de Avicultores. Estas, por sua vez, encaminhada as solicitações à "CAFÉ DO PARANÁ" que, então, credencia a Corretora Banestado a fazer lances no leilão da Bolsa de Valores de São Paulo, indicando as quantidades pretendidas e cotação máxima que oferece.

Mas, acontece que o pequeno produtor, de um modo geral, não dispõe de embasamento financeiro que o processo reclama.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. É imprescindível que o Governo providencie urgente a alocação de recursos para facultar ao produtor os meios que ele necessita com urgência. E isto através de uma linha de crédito do custeio pecuário, no qual ele se baseie para pretender a aquisição do milho que estamos importando.

Como se sabe, grandes parcelas dessa importação se destinam aos portos de Santos, Paranaguá, São Francisco e Porto Alegre. Então, do Porto de Paranaguá se interioriza para Curitiba e Ponta Grossa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. É evidente que o maior problema reside na alocação de recursos, nos termos que referimos acima. Eis porque, respeitosamente, encarecemos a remessa deste nosso pronunciamento, no seu inteiro teor, às seguintes autoridades:

Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná

Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil

Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central

Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura do Estado do Paraná.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Antônio Facci, inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está em tramitação nesta Casa, o Plano Plurianual de Investimentos, bem como o Orçamento Geral do Estado, para 1980. Nos anos passados, já tomamos algumas medidas, visando esclarecer o Poder Legislativo, no que concerne aos anunciados desses planos de lei.

Voltamos nesta oportunidade a esta tribuna, com dois requerimentos que passamos a ler.

(Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de pedido de informações à Secretaria de Transportes, afim de que, pelo Titular daquela Pasta, sejam respondidas as seguintes indagações:

1) Quais as Rodovias efetivamente concluídas dentre as constantes do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1979?

2) Qual o atual estágio das Rodovias não concluídas e que constam da mesma lei?

3) Caso não tenha sido obedecido o Plano de Obras, mais especificamente na construção de Rodovias, no presente exercício, qual a destinação e utilização dada a esta Dotação (Código 370216885312.851)?

4) Foram construídas outras Rodovias que não as discriminadas no Orçamento Geral do Estado para 1979?

Quais?

No mesmo sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhamos um outro requerimento, que pede informações ao Sr. Secretário dos Transportes, para que esse encaminhe expediente a esta Casa, em caráter de urgência, do Plano Rodoviário Estadual, para 1980. Tal solicitação, prende-se ao fato de que no Projeto de Lei 145/79. (Lê o requerimento):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER à mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando, em caráter urgente, o envio a esta Casa de Leis, do Plano Rodoviário Estadual.

Tal solicitação, prende-se ao fato de, no Projeto de Lei n.º 145/79 - Orçamento Anual para 1980 — ora em tramitação nesta Casa, não estarem detalhadas todas as rodovias a serem construídas no próximo exercício, constando apenas algumas, em anexo informativo, na Lei de Meios.

De outra parte, no enunciado programático, referente à construção de Rodovias, inexistente detalhamento que é substituído pela expressão "As constantes do Plano Rodoviário Estadual, aprovado pela Secretaria dos Transportes".

Assim, tal pedido tem como necessária sua aprovação para que todos os integrantes deste Poder possam examinar mais acuradamente o referido Plano Rodoviário e desta forma exercer melhor a sua apreciação.

Vejamos Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nos anos anteriores, nós já reclamávamos desta tribuna que afinal do Plano de Obras ou da lista de intenções que o Governo mandava para esta Casa, constavam expressões "e" ou "outras", como a dizer que aquele plano era apenas para enganar o Poder Legislativo.

Para o exercício de 1980 o Projeto Orçamentário que vem para a apreciação desta Casa substituiu as expressões "e" ou "outras" pelo que acabamos de ler: As constantes do Plano Rodoviário Estadual aprovado pela Secretaria de Transportes.

É bem verdade que este plano deve ser aprovado ou sugerido pela Secretaria de Transportes. Mas se o Orçamento Anual vem para o Poder Legislativo para ser apreciado, deveria, na pior das hipóteses este Plano ser encaminhado à Assembléia juntamente com a proposta orçamentária. E é neste sentido que nós já estamos a reclamar há longos anos o descaso que o Poder Executivo faz dos representantes populares com assento nesta Casa.

Não há como fiscalizar, tanto é que este é o quarto ano consecutivo que faço este pedido de informações com referência ao número de estradas realmente construídas. E ele nunca foi respondido efetivamente, a não ser pelos jornais como medida de propaganda governamental.

Esperamos, naturalmente que a Assembléia aprove os dois requerimentos que estamos apresentando.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário reservado às Lideranças, concedo a palavra ao nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Há uma frase que diz: (Lê): "Curva-se o meu espírito com reverência a mulher, que é a ventura da existência humana" (jornalista Roberto Barroso ao saudar a mulher brasileira).

O X Congresso Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, realizado em Curitiba, no ano de 1976, houve por bem discutir e aprovar a tese denominada "APOSENTADORIA DA MULHER", de autoria do Presidente da Fundação "Casa do

Trabalhador", ex-Deputado Estadual Aldo Laval, divulgada, na época, amplamente pela imprensa paranaense.

Mesmo antes, quando do transcurso do Ano Internacional da Mulher, o referido autor fizera publicar no tradicional jornal "Gazeta do Povo", em sua edição de 21 de setembro de 1975, um trabalho no mesmo sentido, que dada a grande repercussão alcançada, foi a requerimento do ex-Vereador Arlindo Ribas de Oliveira, em inteiro teor transcrito nos anais da Câmara Municipal de Curitiba.

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal, destinada ao estudo e defesa dos justos anseios da mulher brasileira, tomou conhecimento da tese, que foi remetida por intermédio de nobres Representantes do nosso estado, com assento naquela Casa Legislativa.

A Constituição de 1967, em seu artigo 100, item III, § 1.º, reduziu para 30 anos de serviço a aposentadoria voluntária destinada as mulheres funcionárias públicas, o que foi ratificado pela Constituição de 1969, parágrafo único do artigo 101.

A intenção do trabalho apresentado no X Congresso Nacional dos Servidores Públicos era no sentido de que a servidora pública fosse igualada em seu direito no que concerne aos adicionais de cinco por cento, por ano excedente, decorridos 25 anos de efetivos serviços, passando a se igualar ao funcionário público do sexo masculino que acresce em cinco por cento, por ano excedente ao completar 30 anos de serviço.

Com o mesmo espírito que aquele Congresso Nacional dos Servidores Públicos aprovou aquela medida justa, isto é, igualando a funcionária ao funcionário, o Deputado Ezequias Losso tentou igual medida, ao propor nesta Casa, a modificação da Lei 6174 de 16 de novembro de 1970, Estatuto do Funcionário Público do Estado.

O artigo 171 do referido Estatuto prevê que "ao completar trinta anos de exercício, o funcionário terá direito ao acréscimo aos vencimentos de cinco por cento por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.

Se vê claramente que, se a mulher funcionária pública pode se aposentar voluntariamente aos 30 anos de serviço, para poder contar tais adicionais deverá trabalhar também 35 anos, para se igualar em vantagens com o funcionário público do sexo masculino.

A modificação proposta pelo Deputado Ezequias Losso se processaria através deste mesmo artigo que passaria a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 171 — Ao funcionário que completar 25 anos de serviço, se do sexo feminino, ou 30 anos de serviço, se do sexo masculino; será acrescido aos seus vencimentos cinco por cento, por ano excedente, até o máximo de vinte e cinco por cento.

Aliás, o Município de Curitiba beneficiou a servidora pública através da lei 4789, de 15 de janeiro de 1974, quando estabeleceu que ao completar 25 anos de exercício, a funcionária terá acréscimo de cinco por cento por ano excedente até o máximo de vinte e cinco por cento, calculado sobre o respectivo nível de vencimento.

Na tramitação do projeto de lei nesta Casa, que levou o n.º 135/77, recebeu parecer favorável nas Comissões de Finanças e Recursos Humanos, bem como da Comissão de Constituição e Justiça, na qual o seu relator, ex-Deputado Muggiati Filho dizia: "preliminarmente, o projeto importa em aumento de despesa. Entretanto, não vemos nisso empecilho à sua aprovação, conforme tese que esposamos, sustentada em jurisprudência, já consubstanciada em súmula, do Supremo Tribunal Federal, de que a sanção do Executivo faz convalescer o projeto de seu vício inicial, quanto à competência para iniciativa de leis que aumentem a despesa pública."

No mérito, nada há que obste à aprovação pelo Plenário, do presente projeto.

Concluimos, portanto, pela sua aprovação.

E isto ocorreu. O douto Plenário aprovou a medida.

Enviado ao Sr. ex-Governador Jayme Canet Júnior, Sua Excelência houve por bem vetá-lo, baseando-se nos artigos 47 e 28 da Constituição Estadual, por achá-lo inconstitucional, bem como reafirmando a inconstitucionalidade de acordo com o que preceitua o artigo 35 da Constituição Estadual que lhe outorga a competência para a propositura de leis que abram crédito, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

Vetada a iniciativa, a augusta Assembléia Legislativa não se portou convenientemente com relação à matéria, pois mesmo alertada através de expediente protocolado pelo Presidente da Casa do Trabalhador, Sr. Aldo Laval, em 11 de setembro de 1978, o veto apostado à iniciativa do Deputado Ezequias Losso, foi arquivado por decurso de prazo, afrontando desta forma o direito da funcionária pública deste Estado.

É bem verdade que a Comissão de Constituição e Justiça em reunião de 13 de setembro, ofereceu parecer através da lavra do nobre Deputado Nelson Buffara, todavia, o Plenário não teve oportunidade de apreciá-lo pois haviam decorridos quarenta e cinco dias, e em consequência mantido o veto por decurso de prazo.

Torno a repetir o que disse o saudoso jornalista e político Dr. Roberto Barroso — "Curva-se o meu espírito com reverência à mulher, que é a ventura da existência humana".

Desta forma para que se possa corrigir o que foi tentado já nesta Casa, proponho sugestão ao Sr. Governador do Estado no sentido de que envie a esta augusta Casa, Mensagem corrigindo a injustiça contida na lei."

O requerimento é o seguinte, Sr. Presidente. (Lê):
"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de sugestão ao Excelentíssimo Senhor Ney Braga, Digníssimo Governador do Estado, para que envie a esta Assembléia Legislativa, Mensagem modificando a Lei 6174, de 16 de novembro de 1970 — Estatuto do Funcionalismo Público do Estado do Paraná, no que diz respeito ao acréscimo de adicionais para o funcionário público do sexo feminino, após completar 25 anos de serviços, igualando desta forma o direito com o funcionário público do sexo masculino.
Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1979.

a) ADALBERTO DAROS"

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta horário cedido pela Liderança do meu partido, para refutar algumas insinuações ontem aqui, proferidas pelo nobre Deputado Deni Schwartz, com relação ao comportamento político do Governador Ney Braga, neste episódio da vida política nacional que a todos políticos interessa, que é o momento da reformulação partidária e, segundo insinuações ontem, aqui proferidas pelo nobre Deputado Deni Schwartz, o Governador Ney Braga teria um comportamento que não é do seu feitio de Líder político feito no embate, inclusive contra forças poderosas e que, o Governador Ney Braga estaria a conquistar adesões ao partido que liderará no Paraná através da criação de uma verba pessoal aos Senhores Deputados, a possibilidade de que Parlamentares indiquem a localização de centros sociais urbanos e também a criação de uma linha especial de crédito para o atendimento das necessidades das pequenas e médias empresas paranaenses e faço hoje, não somente a defesa do Governador Ney Braga que não pre-

cisa de defensores, porque a sua larga vida pública, é a melhor prova de seu comportamento político, correto e de seu comportamento pessoal, sempre ético.

O Governador Ney Braga, todos nós sabemos, elegeu-se Líder administrativo do nosso Estado, pela vez primeira em 1960, desafiando todas as poderosas forças políticas e econômicas do Paraná de 1960, e numa verdadeira revolução pelo voto, conseguiu introduzir no Paraná, uma nova filosofia administrativa e a sua liderança política foi fortalecida e cristalizada ao longo da sua atividade, como Governador, Ministro, Senador e Prefeito de Curitiba.

Não seria agora que o Governador Ney Braga, usaria de expedientes pouco recomendáveis para com isto, conquistar eventuais adesões que nem se prestariam ao partido que o Governador Ney Braga quer implantar no Estado, se aceitasse este tipo de oferta pouco recomendável a qualquer político.

Em segundo lugar, quero também fazer aqui, a defesa da própria classe política paranaense, porque creio que não há políticos no meu Estado que se vendam a troco de uma verba especial. Respeito o político adversário. Tenho admiração pelo Deputado Deni Schwartz, que é meu valoroso adversário político regional, mas não posso concordar que se lance sobre a classe política, de uma maneira indiscriminada a pecha do fisiologismo, do adesismo, ou o que é pior ainda, a pecha da corrupção.

Creio que nós não podemos concordar, homens da ARENA e do MDB, porque nós sabemos que a notícia ontem trazida ao conhecimento da Casa é totalmente inverídica, porque os Parlamentares da ARENA e do MDB, possuem há mais de 10 anos, no Palácio Iguaçu, a verba de assistência pessoal que cada Deputado determina às entidades assistenciais. Esta verba não é uma verba obscura ou secreta. Pelo contrário, ela tem a sua regulamentação em decreto, e as entidades que percebem este auxílio, indicados por homens, torno a repetir, da ARENA e do MDB, se sujeitam, posteriormente à prestação de contas junto à Corte de Contas do nosso Estado.

Portanto, existe a verba há muito tempo e não foi o Governador nem quem a criou e não foi o Governador que agora criaria, para conquistar adeptos de adesões.

Em segundo lugar, é totalmente infundada a notícia também, porque se diz que o Governador Ney Braga propiciaria aos Parlamentares que acompanhassem no seu partido político, a localização do centro social urbano. Ora, todo o Paraná, toda a Assembléia sabe que a indicação e a construção de centro social urbano se faz através da Caixa Econômica Federal, entidade do Governo Federal, de acordo com parâmetros técnicos estabelecidos pela própria Caixa Econômica: localização, condições assistenciais, sociais da própria entidade, que jamais, por critérios meramente políticos, o programa de centro social urbano foi criado neste País, em 1975 e pretende instalar até o final de 1982, mais de 600 centros sociais urbanos e eu mesmo posso testemunhar que diversos municípios da minha região, como o Município de Realeza, que é dirigido por um homem da Oposição, que está pleiteando e provavelmente vai conseguir a construção de um centro social urbano destinado ao atendimento da população carente daquele progressista município sudoestino.

Mas não é só aí, que a notícia trazida ao conhecimento desta Casa é tendenciosa, é mentirosa. Também porque diz que o Governo do Estado iria criar agora uma linha de crédito especial para atender o pequeno e o médio industrial e também o comerciante do nosso Estado, tão sofrido, que precisa de crédito cada vez mais ágil, mais rápido e mais barato para que possa enfrentar as verdadeiras fortalezas das multinacionais que imperam infelizmente, no nosso País.

Existe já, desde o ano passado, dois programas destinados ao apoio da pequena indústria e do pequeno comércio paranaense: o primeiro, é o programa denominado "Pânico",

que está sendo executado pela Caixa Econômica Federal. Qualquer empresa pode se habilitar a este programa, que é o juro realmente mais barato, juro de vinte e dois por cento e entre os documentos exigidos: contrato social, balanço da empresa, condições de faturamento anual, não se deve ao proprietário ou ao titular da empresa, que ele leve também o atestado de filiação na ARENA ou no MDB.

Portanto, é mais uma mentira e uma notícia inverídica, mas não só neste setor, a notícia trazida ontem ao conhecimento da Casa, pela verdade, mas também, porque o Governo do Estado, através do BADEP, para ajudar especialmente as empresas paranaenses, as micro empresas, estabeleceu um programa no início deste ano, chamado PROMICRO, exatamente, com esta finalidade, de dar condições de capital de giro, ou de auxílio às pequenas empresas para a melhoria do seu pequeno parque industrial, até seiscentos, quatrocentos mil cruzeiros.

Este programa está em plena implementação. Já foi executado na cidade de Toledo, em algumas indústrias na cidade de Paranaguá, em Curitiba, no Norte do Estado.

Portanto, Senhores Deputados, vim à tribuna com este objetivo e lembro aqui, neste momento em que nós precisamos exatamente o prestigiamento da classe política, porque sem classe política forte, não pode haver um País democraticamente forte. Nós não podemos concordar que se estabeleça um estado de espírito, em que a suspeita substitui a prova e a calúnia basta para a acusação, segundo a frase do memorável Padre Charboneau.

Concedo com muito prazer, o aparte aos Deputados Gabriel Manoel e Ailton Cordeiro.

O Sr. Gabriel Manoel — Apenas para me congratular com Vossa Excelência, no momento em que dirime dúvidas, onde não há dúvidas. Quando Vossa Excelência fala do problema das verbas, não há distinção em saber se a verba é para o Deputado do MDB ou é da ARENA, se a verba é destinada para entidade ou Prefeitura do MDB ou da ARENA.

Então eu só queria dizer tão somente a Vossa Excelência, Deputado Luiz Alberto, homem de tradições políticas, como é Vossa Excelência, tem a nossa congratulação, ao dizer as verdades de um Governador do gabarito de Ney Braga, que tem o nosso apoio e também o nosso repúdio aos homens que querem fracionar a nossa bancada com mentiras, aos homens que não querem outra coisa, a não ser ver o Estado tumultuado, para segurem o adágio dos malfadados: dividir para reinar.

Nós haveremos, se Deus quiser, estar unidos em torno deste grande Governador Ney Braga, num bloco monolítico para dizermos presente ao Paraná e principalmente ao povo que confiou em nós e confia em Ney Braga e em Figueiredo.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Muito grato a Vossa Excelência. Concedo o aparte ao Deputado Ailton Cordeiro.

O Sr. Ailton Cordeiro — Deputado Luiz Alberto, oportuno, feliz e necessário o pronunciamento de Vossa Excelência.

Tem principalmente a característica de responder a uma inverdade proferida da tribuna desta Assembléia, que não só pretendeu atingir o Governador do Estado, mas que também pretendeu atingir a todos nós, Parlamentares desta Casa e da Câmara Federal.

Talvez seja mesmo este prenúncio de reforma partidária que esteja a gerar comportamento desta ordem incompatível com a verdade. A estes que tem esta intenção, vale apenas dizer que o Paraná inteiro aprendeu a confiar, a principalmente confiar na liderança de Ney Braga. Confiança que não é recente, confiança que formou tradição no Paraná. E nestes primórdios da reforma partidária em nosso País, não hesitamos ao afirmar que Ney Braga vai liderar o grande partido político do

nosso Estado, para felicidade nossa, para felicidade de um povo que tem recebido do Governador o melhor tratamento. Tem recebido a melhor atuação administrativa e a mais correta atuação política.

E nesta hora, Deputado Luiz Alberto é que nós discutimos reforma partidária e particularizamos o Paraná dentro desta reforma. É importante mesmo que se faça um apelo a todos os paranaenses políticos e não políticos, para que somem os seus esforços ao lado do nosso Governador, porque beneficiário desta soma há de ser o nosso povo, ainda mais porque é Ney Braga a grande liderança do Paraná com presença nacional.

E para fortalecer esta liderança é necessário que tenhamos respeito a verdade, a mesma verdade que Vossa Excelência restabelece neste seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Luiz Alberto, acho que se deve fazer aqui, uma colocação a priori, de que o Deputado Deni Schwartz não disse nenhuma inverdade. Ele leu a matéria que saiu no Estado de São Paulo, que tenho em mãos. O Deputado Deni Schwartz subiu a tribuna para interrogar ao Governo do Estado do Paraná se confirmava esta notícia.

Não se atribua ao Deputado Deni Schwartz qualquer inverdade. O fato do eminente Deputado estar na tribuna hoje me parece, é para responder a indagação que o Deputado Deni Schwartz fez, se era verdade ou não esta notícia que saiu no jornal de maior circulação deste País, o Estado de São Paulo, no domingo, dia em que a tiragem é maior.

Fico satisfeito em ver que Vossa Excelência ocupa a tribuna no horário da liderança, para fazer uma comunicação oficial em nome da bancada da ARENA, desmentindo esta notícia. Porque se fosse procedente esta notícia seria acreditarmos que aqui, no Paraná está se desenvolvendo o mesmo tipo de pressão que hoje faz com que o pessoal ligado politicamente ao Deputado Wilson Campos, que votou favoravelmente ao substitutivo apresentado na Câmara Federal ao Projeto de Anistia, tenha hoje seu nome aliado dos quadros do funcionalismo do Governo Federal. Aos parentes do Deputado Djalma Marinho, que por ser autor de uma emenda hoje sofre pressões desta ordem.

Fico satisfeito em saber que ao Paraná não chegou ainda e que espero não chegue este tipo de corrupção, porque ao confirmar-se realmente esta notícia, disse bem o nobre Deputado, não fere aos Deputados do MDB, porque a notícia está dizendo, como está no jornal, que seria uma arma de pressão aos Deputados fiéis ao partido governista.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Mas usaria uma verba pessoal que o MDB também usa.

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas esta verba todos nós sabemos e não é com referência a esta. Aqui a notícia está dizendo que o Governador criaria uma nova verba, criaria uma nova linha de crédito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Veja Vossa Excelência como o informante do jornal é tendencioso. Vossa Excelência há de convir comigo que quando o Deputado Deni Schwartz assumiu a tribuna e fez a comunicação oficial, em nome de seu partido, da notícia, ele passou a compartilhar com a responsabilidade da notícia. E o nobre Deputado Deni Schwartz, que me perdoe a ausência, não tem direito de fazer este tipo de insinuação com relação ao Governador Ney Braga.

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas como que não tem o direito?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Não tem o direito porque o Deputado Deni Schwartz conhece há muitos anos o Governador Ney Braga e, inclusive, foi seu companheiro político.

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas o Deputado Deni Schwartz não pode colocar a sua situação pessoal numa situação política. A

situação política de que quem cala, consente. Vossa Excelência que conhece tão bem...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao orador que se encontra na tribuna, que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão de seu pronunciamento. **O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Solicito ao Deputado que conclua em trinta segundos para que eu possa...

O Sr. Nilso Sguarezi — E Vossa Excelência diz que o Deputado Deni Schwartz que como é conhecedor do Governador, veio encampar esta informação do informante do jornal e Vossa Excelência que conhece tão bem o Governador Ney Braga e que é um permanente defensor do mesmo, sentiu a necessidade de vir a tribuna desmentir a notícia. Porque não reconhece Vossa Excelência o direito que tem o Deputado da Oposição de vir cobrar uma definição do Governador. Porque quem cala, consente, nobre Deputado. E o Deputado Deni Schwartz não calou...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Reconheço todo o direito da Oposição de questionar não só este aspecto, mas qualquer aspecto da administração do Estado do Paraná.

(Discussões paralelas).

Vossa Excelência deve reconhecer que realmente o Deputado Deni Schwartz colocou-se na tribuna fazendo a insinuação. Tenho profundo respeito pelo jornal "O Estado de São Paulo". Conheço o jornal, sou seu leitor assíduo, conheço os seus jornalistas, desta sucursal. Conheço a validade da liberdade da imprensa para este País e sei que o jornal "O Estado de São Paulo" deve ter se valido de uma informação menos correta, talvez de alguém que esteja sendo tentado a se sentir prejudicado pelo Governo do Governador Ney Braga. E na notícia que Vossa Excelência se refere, estão relacionados três Deputados Federais, do Paraná, que estariam para ir a outro partido. Talvez tenha sido um deles que tenha formulado...

O Sr. Nilso Sguarezi — Conclusão de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Talvez esta insinuação. Pode ser inclusive um Colega seu, da cidade de Pato Branco...

O Sr. Nilso Sguarezi — Conclusão de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... o que dizia à época de eleição que era conterrâneo do Governador Ney Braga e que colocava, estranhamente, em seu currículo político, o fato de ter sido chefe de gabinete de um órgão já extinto. E que tem inclusive, aqui no Paraná, só para rebater que aqui no Paraná, não há perigo de acontecer o que aconteceu em Pernambuco e em outros Estados, um sócio seu de hospital como diretor regional do INAMPS.

O Sr. Nilso Sguarezi — Quero dizer que este Deputado não é de meu partido.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Em razão da exigüidade da hora, termino aqui o meu pronunciamento. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/77 — de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que dá nova redação ao artigo 141, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado). Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J., FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 46/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 141, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 141 - O funcionário aposentado compulsoriamente, por implemento de idade, terá proventos iguais aos percebidos em atividade”;

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1.977.

(a) NELSON BUFFARA.

JUSTIFICATIVA:

A alteração que se pretende introduzir no artigo 141, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, visa proporcionar melhor aposentadoria aos servidores públicos que, pela idade avançada, são compulsoriamente aposentados.

Na forma da redação atual, muitos passam para a inatividade com proventos irrisórios, enfrentando sérias dificuldades para assegurar a sobrevivência. Mais justo, mais humano e louvável, será oferecer a tais servidores, condições de vida iguais a que desfrutavam em atividade, não devendo ser condenado pelo ingresso tardio no serviço público.

Desde que foram admitidos pelo Estado, justo será que, aposentados pela idade, percebam numerário igual ao recebido em atividade, pois é a própria lei que reconhece não possuírem mais condições de trabalho.

A iniciativa, por justa e oportuna, por certo, será transformada em lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 46/77

PARECER

De autoria do nobre Deputado Nelson Buffara, o presente projeto de lei tem por finalidade dar nova redação ao Art. 141, da Lei n.º 6.174, de 16/11/70, conforme especifica.

Embora as intenções do seu autor conforme a justificativa apresentada nos convença da oportunidade da matéria, barreiras constitucionais impede que a proposição tenha a sua tramitação normal por esta Casa.

É de clareza meridiana, os Arts. 25, § 1.º, letra C, 35 e 47, da Constituição Estadual, que dão a exclusiva competência para a iniciativa do projeto ao Chefe do Poder Executivo.

Nestas condições o nosso parecer é CONTRÁRIO, ao Projeto de Lei n.º 46/77, por julgá-lo inconstitucional, nos reservando a votar favoravelmente à matéria, caso o seu autor queira transformá-la em requerimento de sugestão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 46/77

PARECER

De autoria do nobre Deputado Nelson Buffara, o presente Projeto de Lei n.º 46/77, tem por finalidade dar nova redação ao Artigo 141, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

Quando ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, nada temos a contestar que possa impedir a sua tramitação normal por esta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA, Presidente;

QUIELSE CRISÓSTOMO, Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.º 46/77

PARECER

O projeto de lei em pauta, que já foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Finanças, trata de medida das mais oportunas, pois atende a necessidade de se proporcionar uma aposentadoria condigna àquele funcionário que, dando os melhores anos de sua vida ao serviço público, vem a se aposentar compulsoriamente, dada sua avançada idade.

Desta forma, não vemos como, no âmbito desta Comissão, deixar de dar um parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1.979.

(aa) WILSON FORTES, Presidente;

GILBERTO CARVALHO, Relator.

Em votação.— Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem,

concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Havia solicitado a palavra a

Vossa Excelência para encaminhar a votação e dizer que embora os objetivos nobres que moveram o nobre Deputado Nelson Buffara, à apresentação desse projeto de lei, nós nos vemos na contingência de votar contra. Mesmo porque ele tem parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça. E por sabermos que esse projeto jamais poderá ser de iniciativa do Poder Legislativo. Porque a Comissão Federal e a Estadual, são claras neste particular. Leis que versem sobre funcionalismo público, são de exclusiva competência e iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Não há como votar favoravelmente a essa matéria, embora reconheçamos o seu mérito, a nobreza de sentimentos que levou o nobre Deputado Nelson Buffara à apresentação do mesmo.

Nessas condições, nós votaremos contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Com parecer contrário da Comissão de Justiça, a Mesa informa que a votação será inversa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É sabido que o funcionalismo público vive claudicando há muitos e longos anos. E o projeto colocado com muita oportunidade, pelo eminente Deputado Nelson Buffara, ao ser encaminhado à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, naturalmente sofreu parecer contrário, porque na Comissão de Constituição e Justiça, estabeleceu-se um critério, baseado pura e simplesmente nas disposições frias do que estabelece essa Constituição que nada tem de democrática; que nada tem de liberal e que muito pelo contrário, Sr. Presidente, ela encarna o que há de mais odioso, no processo social.

Ela encarna o regime castrense, centralizador, arbitrário e nenhuma vantagem traz para o homem comum e, no aspecto particular do funcionalismo público, nenhuma segurança lhe oferece. E, exatamente por este princípio, a Comissão de Constituição e Justiça, estabeleceu uma norma de conduta que é de não fugir à letra fria da lei.

É exatamente neste ponto, Sr. Presidente, que não podemos concordar, apesar de ter sido voto vencido, não podemos concordar, em que o funcionalismo público não tenha o benefício dos Legisladores que visam adequar as necessidades de vida aos serviços que prestam ao Estado.

E realmente encara muito bem, o eminente Deputado autor deste plano de lei. Diz ele:— que a alteração que se pretende introduzir no artigo 141 do Estatuto, visa proporcionar melhor aposentadoria aos servidores públicos, que pela idade avançada são compulsoriamente aposentados. Na forma da redação proposta, muitos passam para a inatividade, com proventos irrisórios, enfrentando sérias dificuldades para assegurar a sobrevivência. Mas justo, mais humano e louvável será oferecer aos servidores, condições de vida iguais a que desfrutava quando em exercício, não devendo ser condenado pelo ingresso tardio

no serviço público.

Evidentemente, desde que foram admitidos pelo Estado, justo será que a aposentadoria, por implemento de idade, nela receba uma remuneração igual a que recebia, em atividade. É a própria lei que reconhece de não possuírem mais condições de trabalho. A iniciativa, por justa e oportuna, por certo trará uma melhor adequação no plano social.

E aí está, Sr. Presidente, o espírito da lei. Se o funcionário prestando serviços recebe determinada quantia, já se postulou a nível de comissão inclusive, que o Sr. Governador do Estado, através de um plano de lei, deverá preservar esta conquista e esta matéria está em Comissão para discussão, mas visa subtrair do funcionário público, ao completar quarenta anos de idade, os maiores proventos recebidos em atividade. Agora, Sr. Presidente, não seria justo que esta Casa, não seria justo que os Senhores Deputados lotados aqui, por representação dos eleitores paranaenses, fugissem a um dever social de promover ou de aprovar um plano de lei dos mais justos e justificáveis que possam passar pelos Parlamentos. Principalmente, na hora em que o Governo proclama que há anistia, Sr. Presidente, como o Parlamento que é a Casa da discussão das matérias profundamente sociais, como que o Parlamento poderia negar provimento, vai negar a sua sensibilidade, enfim a sua aprovação que o Governo, com sua caneta cheia possa, ou não, sancionar um projeto de profundo alcance social.

É exatamente este apelo que venho fazer da tribuna, no encaminhamento de votação, pois que, um projeto desta natureza deveriam ser enriquecidos por argumentos de sustentação, na aprovação e não ser repellido, e não curvar-se a Casa dar acolhida, inclusive, à Comissão de Constituição e Justiça, porque, ao se fazer o exame nessa Comissão que é uma Comissão eminentemente técnica, não há ali obrigação de alcançar os aspectos e efeitos sociais, tais aspectos profundos devem ser analisados em plenário para se evitar a divisão que traz um projeto desta natureza, se não for aprovado. E temos nos batido aqui, Sr. Presidente, em muitas e várias oportunidades para que o Legislador, mormente nesta época de crise nacional não marginalise o homem que prestou serviços relevantes para esta máquina emperrada, máquina administrativa emperrada do Estado. E é exatamente neste ponto que, toda reforma em benefício do funcionalismo público deve e precisa ser acolhida pela Assembléia. E é exatamente um dos aspectos primordiais do espírito desta lei, para não impedir que o funcionário, por implemento de idade se aposente e perca a remuneração que recebia, porque, seria condená-lo, seria submetê-lo a um processo de degradação moral, de degradação social, e o alcance humano que tem este projeto é muito profundo, Sr. Presidente, e é preciso que se restaure no Parlamento, a discussão inclusive mesmo contra a vontade do príncipe. Projetos desta natureza pois que carecem ser sustentados indiscriminadamente, por todos os representantes do Poder Legislativo. E é exatamente neste aspecto, Sr. Presidente, que venho à tribuna fazer um apelo: sejamos ousados e intementes.

Se o Governo quiser, poderá, por força do dispositivo frio, desumano que contém a Constituição vigente, negar a sanção, poderá vetar o projeto e aí estará satisfeita a sua vontade, mas ainda assim, Sr. Presidente, sem fazer pré-julgamento de comportamentos acredito que, mesmo negando a sanção ao projeto, aqui no Parlamento deve ser repellido este Veto.

Era isto que queríamos colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar) — Sr. Presidente, este projeto de lei, parece-me, checka o grande problema hoje, do sistema financeiro nacional.

Veja Vossa Excelência, que o Estado, com a personalidade jurídica, que o Estado como agente social, admite a

correção monetária em seu favor. Mas sistematicamente tem repellido esta correção monetária quando voltada contra os seus interesses.

Temos dois pesos e duas medidas. A correção monetária se usa quando alguém atrasa um tributo em pagamento ao Estado, mas se nega a correção monetária quando este mesmo Estado atrasa um pagamento a um particular ou a uma outra entidade.

O plano de lei do Deputado Nelson Buffara embora não fale em correção monetária, mas na prática tem este sentido, é manter atualizado o salário do aposentado.

Ora, é evidente de que ao Estado ao adotar a correção monetária, o Estado automaticamente está impingindo no salário do aposentado uma defazagem que há alguns anos se encarregam de praticamente anular este salário.

Por isso, Sr. Presidente, parece-me que enquanto se adotar a correção monetária, enquanto o Estado adotar a correção monetária, este plano de lei deve ser pertinente. Só não caberia se o Estado não adotasse a correção monetária. Porque na prática, em quatro ou cinco anos, o salário, os números absolutos do aposentado se tornam irrisórios e verdadeiramente, se ele só depender disso ele passa a ter fome.

Ora, a aposentadoria é a certeza que o Estado dá ao seu servidor, de lhe garantir, pelo resto da vida, uma vida condigna, uma retribuição justa pelos serviços prestados. Se este mesmo Estado ao abandonar o aposentado, aquele servidor que lhe dedicou a vida, não considera isso, este Estado está sendo gritantemente injusto. Razão pelo que, acredito que constitucionalmente foram infelizes as comissões ao considerarem, aliás, a comissão que considerou inconstitucional em assim se proferir.

Porque no seio da Constituição acima de tudo está a obrigação do Estado assistir o funcionário aposentado. Razão por isso, a nossa bancada vota favoravelmente a este projeto de lei e encarece que a ARENA reveja o seu ponto de vista.

Se hoje mesmo, Sr. Presidente, ao sair desta sessão os eminentes Deputados da Aliança Renovadora Nacional irão até a presença do Governador para ele reajustar os proventos, os subsídios, os vencimentos do funcionário ativo do Estado, do funcionalismo em exercício, por que Sr. Presidente, não se reajustar em igualdade ao inativo?

Será que o inativo não tem necessidades físicas, orgânicas de alimentação, de moradia, de vestuário, de transporte? Ou será, Sr. Presidente, que quando o funcionário deixa de exercer a sua função, se aposenta, tudo isso se aposenta?

Ora, a tratar como está o Estado tratando o inativo, infelizmente está se cometendo uma das mais aberrantes injustiças. E um Parlamento em que se traduz, em que se procure traduzir os reclamos populares das várias classes componentes da nossa sociedade, não pode, sob pena de trair os interesses do funcionalismo público, votar contra este projeto de lei.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o Projeto de Lei n.º 46/77. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. (Pausa)

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. (Pausa).

12 Srs. Deputados o aprovam;

1 Sr. Deputado o rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para amanhã, dia 17, quarta-feira, às 15,00 horas, para a entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Excelentíssimo Professor Doutor Milton Miró Vernalha.

Fica convocada sessão ordinária, para dia 18, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO: — 1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/77;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs: 98, 99,

100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109 e 110/79.

Marcando ainda uma sessão, para dia 19, sexta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs: 130 e 136/79.
dos Projetos de Resolução n.ºs: 75/79, 76/79, 77/79, 78/79 e 79/79.

Levanta-se a sessão.